



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº885/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº12371/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Manaquiri.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Valdemar Rodrigues Bandeira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 0 189/2023-MP-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Manaquiri. Exercício de 2020.

*Irregularidade. Multa. Determinação. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo Art. 11, III, alínea "A", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de **Manaquiri**, sob responsabilidade do **Sr. Valdemar Rodrigues Bandeira**, Presidente da Câmara, exercício **2020**, na forma do art. 22, III, da Lei Orgânica nº 2423/1996 c/c o art. 188, §1º, III, da Resolução nº 04/2002, por não apresentar as seguintes exigências com base no Relatório Técnico de Vistoria Conclusivo (fls. 1754/1777), em relação à Carta Contrato nº 03/2020, que tratou de serviços de reforma e ampliação da Câmara Municipal de Manaquiri, no valor de **R\$ 275.344,90** (duzentos e setenta e cinco mil, trezentos e quarenta e quatro reais e noventa centavos), bem como seu 1º Aditivo, de 18,5%, a partir de 15/09/2020, no importe de **R\$ 50.931,80** (cinquenta mil, novecentos e trinta e um reais e oitenta centavos): O processo Administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado sequencialmente, conforme caput do art. 38, da Lei nº 8666/93; Apresentar a Aprovação do Projeto Básico pela autoridade competente, nos termos do art. 6º, IX c/c o Art. 7º, § 2º, I, II, III, IV, da Lei nº 8.666/93



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº885/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

e Resolução nº 361/91 CONFEA; as Especificações Técnicas, de acordo com o art. 6º, IX, “C”, c/c o art. 7º, § 2º, II, da Lei nº 8.666/93; as Composições de Custos Unitários, na forma do art. 6º, IX, “F”, c/c o art. 7º, § 2º, II, da Lei nº 8.666/93); a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do responsável técnico pela elaboração do Projeto Básico perante o CREA/AM, com base nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei Federal nº 6.496/77 c/c os Arts. 1º, 2º e 3º da Resolução nº 1.025 de 30/10/2009 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA c/c os Arts. 45, 46 e 47 da Lei Federal nº 12.378/2010); a nota de empenho quanto ao 1º aditivo de Valor ao Contrato; Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do responsável técnico da câmara pela fiscalização da Obra/Serviço de Engenharia perante o CREA/AM quanto ao 1º Aditivo de Valor firmado (arts. 1º, 2º e 3º da Lei Federal nº 6.496/77 c/c os arts. 1º, 2º e 3º da Resolução nº 1.025 de 30/10/2009 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA c/c os arts. 45, 46 e 47 da Lei Federal nº 12.378/2010); a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do responsável técnico da empresa contratada perante o CREA/AM quanto ao 1º Aditivo de Valor firmado (Arts. 1º, 2º e 3º da Lei Federal nº 6.496/77 c/c os Arts. 1º, 2º e 3º da Resolução nº 1.025 de 30/10/2009 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA c/c os arts. 45, 46 e 47 da Lei Federal nº 12.378/2010); Planilha(s) de Medição dos serviços executados (Contrato + 1º Aditivo) no período de 12/05 até 31/12/2020 no montante de **R\$ 326.276,70** (Trezentos e vinte e seis mil, duzentos e setenta e seis reais e setenta centavos); O Laudo de Vistoria de Medição ou Termo de Execução do Serviço emitido pelo responsável técnico do acompanhamento e fiscalização da obra/serviço da Unidade Gestora ou por comissão para fiscalização do contrato ou documento equivalente (Art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/93); as Notas Fiscais de Serviços emitidas pela empresa executora no período de 12/05 até 31/12/2020 no montante de **R\$ 326.276,70** (Trezentos e vinte e seis mil, duzentos e setenta e seis reais e setenta centavos); as Notas de Lançamento N.L.’s para fins de pagamentos das Medições dos Serviços no período de 12/05 até 31/12/2020 no montante de **R\$ 326.276,70** (Trezentos e vinte e seis mil, duzentos e setenta e seis reais e setenta centavos); as Ordens Bancárias O.B.’s quanto aos pagamentos das Medições dos Serviços no período de 12/05 até 31/12/2020 no montante de **R\$ 326.276,70** (Trezentos e vinte e seis mil, duzentos e setenta e seis reais e setenta centavos); o Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes – câmara e I C Construções de Edifícios EIRELI – (Art. 73, I, “B”, da Lei nº 8.666/93). Já no que concerne ao Relatório Conclusivo nº 237/2022-CI/DICAMI (fls. 1778/1804), restaram pendentes de saneamento: Justificar o atraso do envio da Prestação de Contas



**ACÓRDÃO Nº885/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Anual, da Câmara Municipal de Manaquiri/Am., referente ao Exercício de 2020, ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM, conforme Ofício de encaminhamento S/Nº de 30/04/2020, do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Manaquiri, Senhor Valdemar Rodrigues Bandeira, a qual foi recebido neste Tribunal no dia 30/04/2020, portanto, FORA do prazo estabelecido no artigo 185, § 2º inciso III do RI c/c o art.29, § 1º da Lei n.º 2.423/96; Encaminhar os comprovantes Relativos a Receita e a Despesa, referentes aos meses de Janeiro a Dezembro da Câmara Municipal de Manaquiri/AM, referente ao Exercício de 2020; Encaminhar os Processo de Pagamentos do exercício de 2020 da Câmara Municipal de Manaquiri/AM.; Encaminhar as documentações completas, comprobatórias das despesas do período de Janeiro a Dezembro da Câmara Municipal de Manaquiri/AM, referente ao Exercício de 2020; Encaminhar todos os Atos de Admissões de Pessoal da Câmara Municipal de Manaquiri/AM, referente ao Exercício de 2020; Enviar os Termos de Responsabilidades da Câmara Municipal de Manaquiri/AM, referente ao Exercício de 2020; Encaminhar as Fichas de Controles de Entradas e Saídas de Materiais de Consumos da Câmara Municipal de Manaquiri/AM, referente ao Exercício de 2020; Enviar os Controles de Bens Patrimoniais em uso da Câmara Municipal de Manaquiri/AM, referente ao Exercício de 2020; Encaminhar cópias das Fichas de Registros de Servidores da Câmara Municipal da Câmara Municipal de Manaquiri/AM, referente ao Exercício de 2020; Justificar os motivos pelos quais a Câmara Municipal de Manaquiri não possui disponibilidade de caixa suficiente para honrar suas obrigações financeiras no final do exercício, descumprindo, dessa forma, o disposto no art. 1º, § 1º c/c art. 42, parágrafo único da LRF.

- 10.2. Aplicar Multa ao Sr. Valdemar Rodrigues Bandeira, no valor de R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos termos do art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, e fixar prazo de **30 (trinta) dias**, para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "A", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº885/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; porque não apresentou/justificou todas as impropriedades a seguir: no que tange ao Relatório Técnico de Vistoria Conclusivo (fls. 1754/1777): O processo Administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado sequencialmente, conforme caput do art. 38, da Lei nº 8666/93; Apresentar a Aprovação do Projeto Básico pela autoridade competente, nos termos do art. 6º, IX c/c o Art. 7º, § 2º, I, II, III, IV, da Lei nº 8.666/93 e Resolução nº 361/91 CONFEA; as Especificações Técnicas, de acordo com o art. 6º, IX, “c”, c/c o art. 7º, § 2º, II, da Lei nº 8.666/93; as Composições de Custos Unitários, na forma do art. 6º, IX, “f”, c/c o Art. 7º, § 2º, II, da Lei nº 8.666/93; a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do responsável técnico pela elaboração do Projeto Básico perante o CREA/AM, com base nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei Federal nº 6.496/77 c/c os arts. 1º, 2º e 3º da Resolução nº 1.025 de 30/10/2009 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA c/c os arts. 45, 46 e 47 da Lei Federal nº 12.378/2010); a nota de empenho quanto ao 1º aditivo de valor ao Contrato; Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do responsável técnico da câmara pela fiscalização da Obra/Serviço de Engenharia perante o CREA/AM quanto ao 1º Aditivo de Valor firmado (arts. 1º, 2º e 3º da Lei Federal nº 6.496/77 c/c os arts. 1º, 2º e 3º da Resolução nº 1.025 de 30/10/2009 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA c/c os Arts. 45, 46 e 47 da Lei Federal nº 12.378/2010); a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do responsável técnico da empresa contratada perante o CREA/AM quanto ao 1º Aditivo de Valor firmado (Arts. 1º, 2º e 3º da Lei Federal nº 6.496/77 c/c os Arts. 1º, 2º e 3º da Resolução nº 1.025 de 30/10/2009 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA c/c os Arts. 45, 46 e 47 da Lei Federal nº 12.378/2010); Planilha(s) de Medição dos serviços executados (Contrato + 1º Aditivo) no período de 12/05 até 31/12/2020 no montante de **R\$ 326.276,70** (Trezentos e vinte e seis mil, duzentos e setenta e seis reais e setenta centavos); O Laudo de Vistoria de Medição ou Termo de Execução do Serviço emitido pelo responsável técnico do acompanhamento e fiscalização da obra/serviço da Unidade Gestora ou por comissão para fiscalização do contrato ou documento equivalente (Art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/93); as Notas Fiscais de Serviços emitidas pela empresa



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº885/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

executora no período de 12/05 até 31/12/2020 no montante de **R\$ 326.276,70** (Trezentos e vinte e seis mil, duzentos e setenta e seis reais e setenta centavos); as Notas de Lançamento N.L.'s para fins de pagamentos das Medições dos Serviços no período de 12/05 até 31/12/2020 no montante de **R\$ 326.276,70** (Trezentos e vinte e seis mil, duzentos e setenta e seis reais setenta centavos); as Ordens Bancárias O.B.'s quanto aos pagamentos das Medições dos Serviços no período de 12/05 até 31/12/2020 no montante de **R\$ 326.276,70** (Trezentos e vinte e seis mil, duzentos e setenta e seis reais e setenta centavos); o Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes – câmara e I C Construções de Edifícios EIRELI – (Art. 73, I, “B”, da Lei nº 8.666/93); Já no que concerne ao Relatório Conclusivo nº 237/2022-CI/DICAMI (fls. 1778/1804), restaram pendentes de saneamento: Justificar o atraso do envio da Prestação de Contas Anual, da Câmara Municipal de Manaquiri/Am., referente ao Exercício de 2020, ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM, conforme Ofício de encaminhamento S/Nº de 30/04/2020, do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Manaquiri, Senhor Valdemar Rodrigues Bandeira, a qual foi recebido neste Tribunal no dia 30/04/2020, portanto, fora do prazo estabelecido no artigo 185, § 2º inciso III do RI c/c o art.29, § 1º da Lei nº 2.423/96; Encaminhar os comprovantes Relativos a Receita e a Despesa, referentes aos meses de Janeiro a Dezembro da Câmara Municipal de Manaquiri/AM, referente ao Exercício de 2020; Encaminhar os Processo de Pagamentos do exercício de 2020 da Câmara Municipal de Manaquiri/AM.; Encaminhar as documentações completas, comprobatórias das despesas do período de Janeiro a Dezembro da Câmara Municipal de Manaquiri/AM, referente ao Exercício de 2020; Encaminhar todos os Atos de Admissões de Pessoal da Câmara Municipal de Manaquiri/AM, referente ao Exercício de 2020; Enviar os Termos de Responsabilidades da Câmara Municipal de Manaquiri/AM, referente ao Exercício de 2020; Encaminhar as Fichas de Controles de Entradas e Saídas de Materiais de Consumos da Câmara Municipal de Manaquiri/AM, referente ao Exercício de 2020; Enviar os Controles de Bens Patrimoniais em uso da Câmara Municipal de Manaquiri/AM, referente ao Exercício de 2020; Encaminhar cópias das Fichas de Registros de Servidores da Câmara Municipal da Câmara Municipal de Manaquiri/AM, referente ao Exercício de 2020; Justificar os motivos pelos quais a Câmara Municipal de Manaquiri não possui disponibilidade de caixa suficiente para honrar suas obrigações financeiras no final do exercício, descumprindo, dessa forma, o disposto no art. 1º, § 1º c/c art. 42, parágrafo único da LRF.





Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº885/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**10.3. Determinar** que encaminhe às próximas Prestações de Contas anuais dentro do prazo estabelecido no artigo 185, § 2º inciso III do RI c/c o art.29, § 1º da Lei nº 2.423/96, os comprovantes Relativos a Receita e a Despesa, referentes aos meses de Janeiro a Dezembro da Câmara Municipal de Manaquiri/AM; o Processo de Pagamentos da Câmara Municipal de Manaquiri/AM; as documentações completas, comprobatórias das despesas do período de Janeiro a Dezembro da Câmara Municipal de Manaquiri/AM; todos os Atos de Admissões de Pessoal da Câmara Municipal de Manaquiri/AM; os Termos de Responsabilidades da Câmara Municipal de Manaquiri/AM; as Fichas de Controles de Entradas e Saídas de Materiais de Consumos da Câmara Municipal de Manaquiri/AM; os Controles de Bens Patrimoniais em uso da Câmara Municipal de Manaquiri/AM; cópias das Fichas de Registros de Servidores da Câmara Municipal da Câmara Municipal de Manaquiri/AM; o porquê da Câmara Municipal de Manaquiri não possuir disponibilidade de caixa suficiente para honrar suas obrigações financeiras no final do exercício, em atendimento ao art. 1º, § 1º c/c art. 42, parágrafo único da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

**10.4. Dar ciência** ao Sr. **Valdemar Rodrigues Bandeira**, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;

**10.5. Arquivar** o presente processo, após cumpridos os prazos regimentais.

**11- Ata:** 15ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 9 de Maio de 2023.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De        /        /



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág.

**ACÓRDÃO Nº885/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral